

O conceito de estigma como processo social: uma aproximação teórica a partir da literatura norte-americana¹

The concept of stigma like social process: a theoretical approximation from the literature north American

Ranyella de Siqueira /Hélio Cardoso

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

ranyellasiqueira@yahoo.com.br

herebell@hotmail.com

Resumo

Este artigo consiste em uma revisão bibliográfica com objetivo de discutir o conceito de estigma para Goffman e para alguns entre tantos autores que desenvolveram suas ideias a partir dele – entre os autores escolhidos: Ainlay, Coleman & Becker; Link & Phelan; Stafford & Scott; Becker & Arnold; Martin; Jones, Farina, Hastorf et al; e Crocker & Major. Assim, buscou-se relacionar Goffman e os autores que pensam o conceito de estigma sob a visão de que estigma é um processo estabelecido pelo social e, relacionar Goffman e os autores que pensam o conceito de estigma evidenciando o relacionamento entre estigmatizados e estigma. A metodologia baseou-se em leituras e discussão por se tratar de uma pesquisa teórica.

Palavras-chave: Estigma - Conceito - Goffman

Abstract

This article implies in a literature review to discuss the stigma concept for Goffman and some authors among others that developed their ideas from him. Among the chosen authors: Ainlay, Coleman & Becker; Link & Phelan; Stafford & Scott; Becker & Arnold; Martin; Jones, Farina, Hastorf et al; and Crocker & Major. So, we tried the first aim involves to relate Goffman and the authors who think the stigma concept like a process established by the social. The second goal aims to relate Goffman and the authors who think the stigma concept based on the relationship between the stigmatized person and stigma. The theoretical methodology is based on readings and discussion, since it is a theoretical survey.

Keywords: Stigma - Concept – Goffman

¹ Este trabalho é parte da pesquisa de Iniciação Científica Discussão do conceito de estigma tendo como referência o conceito fundador de Erving Goffman e autores que desenvolveram suas ideias a partir dele, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

Estigma é um termo presente na sociedade desde a Grécia Antiga, porém, é a partir da década de 60 do século XX, com Goffman, que lhe foi atribuído conceitos que tomam a sociedade como participante do seu processo de formação. Estigmas: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada (1975), de Goffman, é o fundamento e o estímulo de diversos outros trabalhos na intenção de conceituar e refletir estigmas. Desde a publicação de Goffman muitas pesquisas têm sido realizadas em grande profusão, conduzindo elaborações, refinamentos conceituais e repetidas demonstrações do impacto negativo do estigma sobre a vida de pessoas estigmatizadas (Link & Phelan, 2001).

Para a realização desta pesquisa, entre inúmeros trabalhos pós Goffman sobre a conceituação de estigma, o critério primordial para seleção dos autores foi escolher obras que fundamentam e priorizam a discussão e elaboração dos conceitos de estigma partindo de Goffman, e não em estudos que se preocupam com a prática da estigmatização, os quais geralmente envolvem um contexto ou circunstância. O segundo critério de seleção compreende bibliografias que tratam os conceitos de estigma sob dois aspectos: de que estigma é constituído pelo social e os que trabalham a relação dos estigmatizados diante do estigma.

Este artigo objetiva realizar uma revisão bibliográfica pautando em Goffman, devido ao seu conceito fundador de estigma, para assim, estabelecer uma discussão com os seus sucessores. O conceito de estigma é pouco explorado em pesquisas realizadas no Brasil. Dessa forma, a partir da observação de que estudos brasileiros ainda não priorizam o estudo do conceito de estigma, mas, a prática da estigmatização, julgou-se importante desenvolver esta pesquisa, focalizando o conceito de estigma para, sugestivamente, melhor compreender sua prática numa sociedade em que ele é tão vívido.

I. O conceito de estigma sob a visão de que estigma é um processo constituído socialmente

O conceito de estigma proposto por Goffman é permeado pela ideia da presença física entre estigmatizados e normais, ou seja, todos os conceitos apresentados abaixo remetem à ideia da presença corporal entre tais grupos.

A relação social cotidiana em ambientes já estabelecidos propicia um relacionamento entre pessoas previstas e esperadas a tal lugar, sem atenção ou reflexão

particular umas com as outras. Assim, as pessoas normais² preveem as categorias e os atributos de um estranho que se aproxima. Essas pré-concepções, elaboradas pelos normais, são transformadas em “expectativas normativas, em exigências apresentadas de modo rigoroso” (Goffman, 1975:12). No entanto, os normais, cotidianamente, ignoram essas pré-concepções até o surgimento de uma questão que seja efetiva para a realização de suas exigências. É neste momento que os normais podem perceber que fazem afirmações daquilo que o outro deveria ser.

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável [...]. Assim deixamos de considerá-la criatura comum e total, reduzindo-a a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande [...] (Goffman, 1975:12).

Portanto, para Goffman (1975:12) “a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias”.

Goffman (1975) acredita que a pessoa estigmatizada possui duas identidades: a real e a virtual. A identidade real é o conjunto de categorias e atributos que uma pessoa prova ter; e a identidade virtual é o conjunto de categorias e atributos que as pessoas têm para com o estranho que aparece a sua volta, portanto, são exigências e imputações de caráter, feitas pelos normais, quanto ao que o estranho deveria ser. Deste modo, uma dada característica pode ser um estigma, especialmente quando há uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real.

Pautando-se na relação entre as identidades real e virtual, pode-se afirmar que, o processo de estigmatização não ocorre devido à existência do atributo em si, mas, pela relação incongruente entre os atributos e os estereótipos. Os normais criam estereótipos distintos dos atributos de um determinado indivíduo, caracterizando, portanto, o processo de estigmatização. “O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo” (Goffman, 1975:13) numa linguagem de relações e, não de atributos em si. De acordo com os estudos de Melo (2000), estigmas, para Goffman são identidades deterioradas, por uma ação social, que representam algo mau dentro da sociedade e, por isso, deve ser evitado.

² Termo exposto por Goffman para definir aqueles que estigmatizam.

Goffman (1975) afirma que o estigma pode ocorrer devido a três circunstâncias: abominações do corpo, como as diversas deformidades físicas; culpas de caráter individual, como: vontade fraca, desonestidade, crenças falsas; e estigmas tribais de raça, nação e religião que podem ser transmitidos pela linguagem. Em todas essas tipologias pode-se encontrar a mesma característica sociológica: “um indivíduo que poderia ser facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que se pode impor atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus” (Goffman, 1975:14).

O processo de estigmatização pode variar de acordo com a evidência e a exposição das características do indivíduo. Goffman (1975) caracteriza dois tipos de grupos de indivíduos de acordo com seu estereótipo: o desacreditado e o desacreditável. O indivíduo desacreditado possui características distintas em relação aos normais, sendo estas conhecidas e perceptíveis por estes. O desacreditável também possui características distintas das dos normais, mas nem sempre conhecidas e percebidas por eles. Essas duas realidades podem encontrar-se respectivamente na relação estigmatizados e normais.

Goffman (1975) afirma que os normais constroem uma teoria do estigma. Eles constroem uma ideologia para explicar a inferioridade das pessoas com um estigma e para ter controle do perigo que ela representa, acreditando que alguém com um estigma não é verdadeiramente humano. Para Melo (2000:2), o “social anula a individualidade e determina o modelo que interessa para manter o padrão de poder e anula todos os que rompem ou tentam romper com o modelo social”. Os estigmatizados possuem uma marca, significando então que, sua identidade social é deteriorada para conviver com os outros. Para Goffman (1975:148), “normais e estigmatizados são perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos, em virtude de normas não cumpridas que provavelmente atuam sobre o encontro”.

No ensaio intitulado *Stigma Reconsidered* (1986), Ainsley, Coleman e Becker apresentam uma proposta de definição de estigma pautando-se, primordialmente, nas ideias de Goffman. Para eles, Goffman foi o autor mais autoconsciente interessado em definir o fenômeno do estigma. (Ainsley, Coleman & Becker, 1986).

Estigma, para Ainsley, Coleman & Becker (1986), é uma construção social, onde os atributos particulares que desqualificam as pessoas variam de acordo com os períodos históricos e a cultura, não lhes propiciando uma aceitação plena social. Deste modo, as pessoas são estigmatizadas somente num contexto, o qual envolve a cultura; os acontecimentos históricos, políticos e econômicos e uma dada situação social, ou seja, a estigmatização não é uma propriedade individual. Em comparação, para Goffman (1975), os normais e os estigmatizados não são pessoas em si, mas perspectivas constituídas pelo

meio social, o qual categoriza e coloca atributos considerados naturais e comuns para os membros de cada categoria.

O contexto histórico pode provocar mudanças no curso de estigma, propiciando alterações em suas descrições, nas categorias que o envolve e no processo de estigmatização, assim, pode-se dizer que a prática, a compreensão e a percepção de estigma são variáveis de acordo com a historicidade. Alguns estigmas perpetuam durante as épocas, porém, muitos são findáveis e característicos de um dado contexto histórico, social e cultural. A percepção de estigma modifica-se também entre os contextos sociais, sendo sutilmente diferente diante de cada um (Ainlay, Coleman & Becker, 1986).

As tendências morais e intelectuais da época e a estrutura cultural são elementos importantes quando se pensa onde e quem determina o que é estigma. Vale salientar que, o grau de intensidade de estigma também se altera para cada tempo e lugar. Ao mesmo tempo em que estigma está ligado à ideia de mudança em paralelo com o social e o cultural, as pessoas que compõem a sociedade são responsáveis pela sua perpetuação. Como membros da sociedade, os indivíduos perpetuam as suas concepções de estigma e a forma de responder a ele. Isso se dá pelo passar das gerações, através da aprendizagem social e da socialização.

As relações sociais entre pessoas não estigmatizadas e pessoas estigmatizadas seguem o fluxo das primeiras. Estas relações não são igualitárias devido ao sistema de percepções das pessoas não estigmatizadas e pelo seu conjunto de categorias - as quais não as permitem prever uma pessoa estigmatizada em uma categoria comparada com a sua. Destarte, uma pessoa dentro de uma categoria da qual ela não é esperada pode ser tolerada, mas não aceita totalmente.

A tese de Ainlay, Coleman & Becker (1986) tomam o conceito de estigma exposto por Goffman como fonte teórica primária. Para Goffman (1986), a sociedade é responsável por estabelecer os meios de categorizar as pessoas e os atributos tidos como naturais para os membros de cada uma dessas categorias. O estigma é estabelecido a partir desta lógica social, onde são dadas identidades virtuais às pessoas não previstas nessas categorias, as quais são tidas como estranhas. Ainlay, Coleman & Becker (1986) pautam-se nestas questões acrescentando a tese que, este social englobado pela cultura, modifica-se com o tempo e o lugar e, portanto, os estigmas modificam-se paralelamente com ele, e ainda, o estigma, é distinto em cada cultura, mesmo numa mesma época.

Link & Phelan (2001), no artigo "Conceptualizing Stigma", tomam as obras de Goffman como princípio de sua discussão conceitual e retornam a ele dando prioridade na relação entre estereótipo e atributo como fontes que propiciam o estigma, porém,

focalizam seu trabalho numa nova proposta em conceituar estigma. Link & Phelan (2001) ao retomarem Goffman, objetivam “ampliar esta relação proposta por este sociólogo, a fim de capturar um maior conjunto de significados para o termo estigma” (Link & Phelan, 2001, p.365).

A maioria das diferenças entre as pessoas são ignoradas em seu cotidiano e socialmente irrelevantes, no entanto, o social faz com que algumas diferenças sejam relevantes. Isso se dá pela sociedade criar grupos (categorias) e atributos considerados evidentes, os quais sofrem modificações de acordo com o tempo e o lugar³. Em síntese, “as diferenças dos seres humanos são socialmente selecionadas” (Link & Phelan, 2001:368), o que para Ainsley, Coleman & Becker (1986) o estigma é socialmente construído.

Link & Phelan (2001, p. 377) afirmam que “estigma existe quando elementos de rotulação, estereotipização, separação, perda de status e discriminação ocorrem simultaneamente em uma situação de poder que permite tais componentes acontecerem”. Desta forma, observa-se, claramente, que tais autores tomam o pensamento de Goffman como base e o ampliam com a ideia de poder e com a proposta de mais elementos na relação que estabelece o estigma.

Para Link & Phelan (2001), rotulação é o processo social de eleger uma determinada característica e aplicá-la a alguém, não indicando, necessariamente, que este indivíduo a possua. E é a partir dos rótulos empregados às pessoas estigmatizadas que os estereótipos são criados, gerando, assim, o processo de estereotipização. De acordo com Link & Phelan (2001, p. 369) “o rótulo liga uma pessoa a um conjunto de características desagradáveis que formam o estereótipo”.

Os rótulos sociais propiciam a existência e uma separação delimitada de dois grupos: nós e eles. O “nós” se caracteriza por todos os valores que constroem a visão de um ser humano “normal” expressada pela ideologia dominante da sociedade. O “eles” é caracterizado pelas pessoas que são diferentes do “nós”, e, portanto, são as rotuladas negativamente. Goffman denominou tais grupos de “normais” e “estigmatizados”.

“As pessoas são estigmatizadas quando são rotuladas e ligadas a características indesejáveis, dando-lhes uma experiência de perda de status e discriminação” (Link & Phelan, 2001:371). As consequências negativas de ser rotulado e estereotipado

³ Aqui se pode fazer uma comparação com a conceituação de estigma elaborada por: Goffman - onde a ideia de categoria fica melhor entendida quando ligada a ideia de grupo - e Ainsley, Coleman e Becker (1986).

propiciam uma colocação mais baixa na hierarquia social na qual o indivíduo vive, o que pode gerar efeitos indesejáveis em suas oportunidades. A perda de status em si torna-se a base da discriminação, considerando que, a perda de status está diretamente ligada à rotulação e à estereotipização. Por definição, discriminação é um comportamento manifestado em consequência da ligação entre perda de status, rotulação, estereotipização e separação.

Considerando a perda de status no processo de estigmatização, “para a revelação dos elementos do estigma, a dimensão do poder é essencial” (Casaes, 2007:17).

Estigmatização é uma condição totalmente incerta de acesso ao poder social, econômico e político, o que permite a identificação das diferenças, a construção de estereótipos, a separação de pessoas rotuladas dentro de uma categoria, o desaprovar, a rejeição, a exclusão e a discriminação (Link & Phelan, 2001:367).

Porém, o papel crucial do poder no estabelecimento de estigma geralmente não é notado, pois, em muitas circunstâncias esses diferentes poderes são tomados por concessão como se não fossem problemáticos.

Para Ainsley, Coleman & Becker (1986), quando se pensa onde e quem determina o que é estigma envolve englobar principalmente as tendências morais e intelectuais da época e a estrutura cultural, porém, estes autores não focalizaram seus estudos na relação de poder mediante a constituição do processo de estigma, como Link & Phelan. Destarte, poder é o ponto essencial que permite a um determinado grupo estigmatizar outros, gerando todos os elementos que constituem o estigma, como apresentados acima (Link & Phelan, 2001).

Link & Phelan (2001) apresentam uma nova proposta de conceito de estigma partindo e pautando-se em Goffman e em diversos outros pensadores – incluindo Ainsley, Coleman & Becker –, principalmente da área da sociologia e da psicologia social. É notória a base de Goffman em sua elaboração do conceito de estigma, principalmente no que tange a relação de atributos incongruentes com o estereótipo que os normais criam para um tipo de indivíduo. No entanto, Link & Phelan (2001) acreditam que este conceito possa não atingir alguns aspectos que se referem à estigmatização, daí sua proposta, acrescentando os elementos de rotulação, perda de status e discriminação, além, da ideia de poder como propiciador do processo. Link & Phelan (2001) também se aproximam da ideia central do conceito de estigma para Ainsley, Coleman & Becker (1986) ao considerarem que o processo de estigma está ligado diretamente às instituições e às

redes que compõem o social, considerando que são mutáveis, de acordo com o tempo e o lugar, e, assim, o estigma segue este curso.

O objetivo dos estudos de Becker & Arnold, em *Stigma as a social and cultural construct* (1986), se dá pela tentativa em colocar a sociedade e a cultura como fatores determinantes na construção de estigma, “incluindo as pessoas que desqualificam as outras na relação de aceitação social e a natureza da interação social entre estigmatizados e não estigmatizados” (BECKER & ARNOLD, 1986, p. 39). Pode-se perceber uma íntima relação entre as ideias de Goffman e as de Becker & Arnold (1986) quanto à definição de estigma atrelada à construção social e ligada a relação física entre quem estigmatiza e é estigmatizado.

Os atributos culturais determinam a estrutura da sociedade, a natureza da organização social e sua estruturação política e econômica. Para Becker & Arnold (1986), a estrutura social e o sistema de crenças de uma dada sociedade costumam definir quem terá o poder e qual a sua natureza. Eles afirmam que em toda sociedade algumas pessoas têm mais poder do que as outras. Becker & Arnold (1986) definem poder como prestígio, riqueza e habilidade de manter o controle social sobre alguém. E é esse sistema que engloba o processo que envolve a sociedade e o estigma, pois, a sociedade, nesta compreensão, tem o poder de impor suas normas, valores e crenças sobre as pessoas com menos poder.

“Cada sociedade tem mecanismos de controle social para garantir que a maioria de seus membros conforme-se com essas normas. As pessoas que não se conformam com essas regras ou quebram os tabus sociais são excluídas socialmente” (BECKER & ARNOLD, 1986, p. 40). Para Becker & Arnold (1986), os membros da sociedade têm crenças comuns sobre o significado cultural de um atributo e do estigma ligado a ele. Essas crenças sobre estigma ditam a natureza de estigma. As pessoas tomam atitudes específicas sobre um dado estigma e sobre as respostas de pessoas estigmatizadas, afetando, portanto, a forma pela qual um indivíduo estigmatizado é integrado num grupo ou excluído socialmente.

Estigma, para Becker & Arnold (1986), é a condição de não possuir atributos considerados importantes por um grupo social. Os indivíduos estigmatizados tornam-se rapidamente cientes da forma que os outros os veem. Assim, aquele que é estigmatizado pode sofrer um complexo processo de normatização, o qual se dá pela forma que o indivíduo estigmatizado se adapta a sociedade, a fim de reduzir sua diferença das normas culturais.

Para Becker & Arnold (1986), assim como para Ainlay, Coleman & Becker (1986) e Link & Phelan (2001), o conceito de estigma é variante em cada sociedade. Esse pensamento é conveniente para diferenciar as normas culturais, os valores e as estruturas. Um sistema de crenças culturais é guiado por um modelo de cultura que os indivíduos carregam, os quais não são conscientes desse processo. “Nós, às vezes, paramos de nos perguntar o motivo que pensamos e nos comportamos de tal forma, nós fazemos isso porque a cultura é um extenso processo inconsciente” (Becker & Arnold, 1986:40).

Alguns comportamentos ou atributos podem ser universais quando se relacionam ao estigma, assim como outros podem ser específicos de uma cultura. Em complemento, Ainlay, Coleman & Becker (1986) afirmam que alguns estigmas são perpétuos durante épocas, enquanto outros são findáveis e característicos de um contexto histórico, social e cultural. Um atributo ou comportamento serão vistos em seu contexto cultural de acordo com o significado que a cultura lhes proporcionará. A cultura modifica-se juntamente com a sociedade, portanto, a percepção cultural altera-se de acordo com as mudanças sociais e históricas (Becker & Arnold, 1986).

Pode ser observada uma estreita relação da conceituação de estigma proposta por Becker & Arnold com Ainlay, Coleman & Becker (1986) quando tratam o estigma como uma construção histórica, social e cultural, considerando que estes três elementos modificam-se e, a noção de estigma caminha nesse sentido. As ideias de tais autores parecem completar uma à outra, o que as diferenciam é o foco de seus estudos. Os primeiros priorizam pensar a cultura como fator essencial na construção de estigma, já os últimos enfatizam as modificações dos atributos que desqualificam as pessoas no decorrer do tempo, de cada sociedade e cultura.

Becker & Arnold (1986) apresentam também a ideia de poder relacionada à construção de estigma, principalmente ao poder que a sociedade exerce sobre as pessoas. Link & Phelan (2001), como apresentado anteriormente, tomam o poder como fator central na constituição dos elementos formadores de estigma, dando maior complexidade ao tema poder e estigma. Goffman é ponto teórico norteador dos estudos de Becker & Arnold (1986), tal afirmação pode-se ocorrer pelas diversas ideias convergentes entre eles pautadas em citações de Goffman, principalmente no que tange o social como responsável pela origem, existência e prática de estigma.

Em Estigma, deviance and social control: some conceptual issues, Stafford & Scott (1986) apresentam o conceito de estigma como sinônimo de desvio – violação de normas - e sua prática como objeto do controle social. Para esses autores, estigma “é uma característica de um indivíduo que é contrária a certa norma de uma unidade social. Tal

característica pode envolver o que as pessoas fazem (ou devem fazer), no que elas acreditam ou o que elas são física ou socialmente” (Stafford & Scott, 1986:80).

Stafford & Scott (1986) se pautam em Goffman para estruturar sua elaboração do conceito de estigma, especificamente ao concordar com ele que, estigma é a presença de uma diferença indesejável e é dividido em três tipos, de acordo com as situações que lhe envolve: deformidades físicas; culpas de caráter individual; e estigmas tribais de raça, nação e religião.

O termo chave do conceito de estigma para Stafford & Scott é norma. “Norma é o compartilhar de crenças de como as pessoas devem se comportar de certo modo em uma dada circunstância” (STAFFORD & SCOTT, 1986, p. 81). Norma é a palavra que pode mostrar a relativa e a coletiva natureza de estigma. “Há um quadro de pessoa ideal, crenças do que o indivíduo deveria ser. [...] As pessoas que não se enquadram nos perfis ideais tendem a ser desvalorizadas” (STAFFORD & SCOTT, 1986, p. 81). As pessoas estigmatizadas são desvalorizadas porque não se constituem pessoas ideais dentro das normas sociais, e assim, tornam-se objetos do controle social, o qual propicia uma limitação em suas relações sociais.

Para Stafford & Scott (1986), estigma é um fenômeno relativo, pois, o que é estigma em uma unidade social pode não ser em outra - o que evidencia uma relação com a conceituação de estigma de acordo com Ainslie, Coleman & Becker (1986) e Becker & Arnold (1986). Porém, a variação de estigma que todos estes autores trabalham é no âmbito social e cultural, e para Stafford & Scott (1986) é no âmbito de tipos de unidades da sociedade, por exemplo, família e nação.

Stafford & Scott (1986) expõem o conceito de estigma dando-lhe mais complexidade em relação ao proposto por Goffman e por outros autores de sua época, relacionando-o com controle social, normas e desvios. Goffman trabalhou com a ideia de normalidade e desvio, mas, Stafford & Scott elaboraram conceitos para este termo, envolvendo-os com a ideia de controle social, tornando mais complexo a compreensão do conceito de estigma.

Stigma: social learning perspective (1986) é um ensaio de Martin cujo foco é a proposta e a discussão de que estigma é criado, preservado e perpetuado através da aprendizagem oriunda da sociedade. O objetivo de seu estudo é “analisar a natureza entre aprendizagem social e estigma e como a natureza desta relação muda no decorrer da vida” (Martin, 1986:146).

Em concordância com Goffman, para Martin (1986), estigma “são marcas desacreditáveis que são estabelecidas por outras pessoas em encontros sociais e em envoltimentos afetivos [...]. Estigma é produto da aprendizagem, e é na interação social onde se dá, geralmente, a estimulação ou iniciação do processo de aprendizagem social” (Martin, 1986:147). Destarte, as expectativas e os comportamentos que resultam em estigma são aprendidos, o que torna o controle e a perpetuação de estigma um processo tão complexo. A base teórica de Martin (1986) de compreensão de estigma se pauta no conceito proposto por Goffman, afirmando que, num contexto de categorização, algumas pessoas possuem atributos que as fazem ser diferentes em determinados lugares, havendo, como afirma Martin (1986), uma situação desagradável de descrédito e de anormalidade.

Para Martin (1986, p.148), a realidade social influencia a aprendizagem social e “a aprendizagem social molda a percepção da realidade social do indivíduo”. Aprender é um processo social que adéqua informações pessoais através de motivação própria do indivíduo ou de outro, intuição, proposta e dedicação consciente ou subconsciente. A aprendizagem, que resulta em relativas mudanças permanentes no comportamento se dá por três estágios: aquisição, transmutação, evolução/aplicação. Aquisição ocorre quando o indivíduo adquire informação de um meio imediato. A transmutação acontece quando o indivíduo internaliza novas informações e guiadas por valores e autopercepção são ligadas à aquisição. E a evolução/aplicação se dá quando o indivíduo considera novas informações, testando-as e usando-as como recursos. Em síntese, o objetivo da aprendizagem social é promover a adaptação pessoal e social do indivíduo (Martin, 1986).

Aprendizagem social é um mecanismo na aquisição, modificação, generalização e extinção de comportamento social para fazer o indivíduo aprender um comportamento normativo convencional esperado dele. Aprendizagem social é um “poderoso mecanismo de aquisição e manutenção de comportamentos que propiciam a estigmatização de pessoas”, e é “também um mecanismo através do qual as pessoas aprendem e esperam certos comportamentos de pessoas estigmatizadas” (Martin, 1986:149). Ainsley, Coleman & Becker (1986) mencionam que a aprendizagem social é um dos mecanismos através do qual os indivíduos, dentro do contexto social, perpetuam suas concepções de estigma e a forma de responder a ele.

Para Martin (1986), a aprendizagem social se expande e se modifica ao longo da vida. Nos primeiros anos de vida de um indivíduo o seu sistema de crenças é maleável e não desenvolvido. Processualmente esse sistema vai se expandindo e transformando, e assim, o sistema de crenças, que possivelmente as pessoas vêm aceitar, depende da grandeza de sua extensão no contexto cultural o qual esses indivíduos estão inseridos. Os

primeiros anos de vida e escolar das crianças formam uma estrutura de realidade pela qual toda experiência futura de aprendizagem será interpretada.

Martin (1986) contribui significativamente na conceituação de estigma proposta por Goffman com a ideia de aprendizagem social, de tal modo que proporciona uma maior complexidade e melhor entendimento do conceito de estigma, principalmente quando se refere ao social como seu principal motivador. Para Becker (1973 apud MARTIN, 1986) é extraordinário o processo de socialização que a sociedade emprega para exercer controle na vida de seus membros.

O conceito de estigma evidenciando as situações de relacionamento entre estigmatizados e estigma

Goffman conceitua estigma pensando na relação física entre os denominados normais e estigmatizados, considerando que a interação face a face influencia, reciprocamente, os indivíduos sobre as ações uns dos outros.

Segundo Goffman, há diversas formas da pessoa estigmatizada se relacionar com a situação que lhe envolve: há indivíduos que carregam um estigma e são relativamente indiferentes a isso; outros que usam o “seu estigma para ganhos ‘secundários’” (1975:20, grifo do autor); alguns tentam reverter a sua condição se dedicando a situações que lhes seriam quase impossíveis; na maioria e nas distintas relações entre estigmatizados e normais, há aqueles que se tornam autoisolados, inseguros, agressivos, retraídos, perceptíveis do mal-estar na interação, etc.

Algumas pessoas estigmatizadas carregam o estigma e não aparentam impressionadas ou arrependidas com a circunstância devido a negação em viver de acordo com o que lhes foram exigidas, fazendo com que se sintam normais e as pessoas normais, estranhas. Outra situação é quando o indivíduo estigmatizado percebe que um de seus atributos é impuro e, por isso, pode-se imaginar como um não portador dele, essa pessoa ao se aproximar dos normais, pode lhe ocorrer auto-ódio e autodepreciação.

Quando o estigmatizado tem que lidar com pessoas que não conseguem lhe proporcionar respeito e consideração, ele pode tentar corrigir de forma dedicada a base de seu defeito, em resposta a esse fato – o ego é modificado e o indivíduo predisposto a vitimização caso essa ideia de correção haja êxito. Já outras pessoas reagem com um grande esforço pessoal para dominar áreas e atividades que são consideradas fechadas e limitadas a pessoas com suas características, devido a motivos físicos e circunstanciais. Algumas pessoas já se utilizam de seu estigma para ganhos secundários, principalmente aquelas com atributo diferencial vergonhoso. Elas podem tentar romper com a realidade e

tentar empregar uma interpretação não convencional à sua identidade social (Goffman, 1975).

Através dos estudos de Goffman (1975), pode-se perceber que ser estigmatizado sempre tem consequências não benéficas para a vida do indivíduo. Independente da circunstância que propicia a constituição do estigma ou se o indivíduo é desacreditado ou desacreditável, o indivíduo sofre efeitos ruins, de um modo geral e complexo em sua vida por ser estigmatizado e, ainda, cria mecanismos para lidar com este processo, seja de escape, negação ou amenização. Sua identidade real sofre deteriorizações por não se incluir no que a sociedade institui como normal e natural, gerando, então, um imenso descrédito deste indivíduo, reduzindo-o a uma pessoa estranha e estragada, não tendo assim, uma aceitação social completa.

Ainlay, Coleman & Becker (1986) acreditam que estigma não é natural do indivíduo, mas, construído pela sociedade. Os sentimentos e crenças que caracterizam o estigma para com outra pessoa podem ser passados de uma geração à outra. Estigma pode estar presente na vida das pessoas durante todo seu ciclo, logo ele pode criar descontinuidades para elas ao longo de suas vidas.

Há sempre possibilidades de mudanças na percepção de estigmas ao longo da vida, especialmente quando se tem um contato mais próximo com ele, por exemplo, quando alguém tem uma experiência própria ou um parente ou amigo que viveu ou vivencia o processo de ser estigmatizado. A percepção de estigma, por tanto, altera-se entre as pessoas de acordo com suas fases vitais. “Se pensarmos na experiência de estigma como um acontecimento ao longo da vida, nós poderemos melhor entender o significado de estigma para o desenvolvimento de cada pessoa” (Ainlay, Coleman & Becker, 1986:7).

Ainlay, Coleman & Becker (1986) apresentam alguns impactos que o estigma pode gerar para o indivíduo que o vivencia. Para eles, estigma pode criar indivíduos dependentes e fazer com que estas pessoas tornem-se comprometidas com essa dependência, apesar de desejar ser independente. O estigma pode fazer com que as pessoas, uma vez poderosas, fiquem em uma posição de menor poder. E ainda, eles afirmam que o estigma faz as pessoas com menos poder, sentirem um senso de superioridade ou poder sobre os outros que são mais estigmatizados do que elas. Estigma dá uma demarcação de quem exerce o poder sobre o outro.

De acordo com Ainlay, Coleman & Becker (1986), as consequências do estigma podem ser ora desumanas, ora inspiradoras. Para eles, a experiência de exílio social pode resultar em desenvolvimento e manutenção de baixo autoconceito. Por outro lado, o

conhecimento da natureza do estigma pode tirar os indivíduos do peso da responsabilidade que carregam; isso pode ocorrer através dos movimentos sociais, por exemplo, e é dependente de alguns fatores, tais como: credices culturais, status social, economia, educação. Percebe-se, nitidamente, pelas afirmações de Ainlay, Coleman & Becker (1986), que estigma tem efeito sobre a subjetividade do sujeito, até mesmo quando o estigma não ocorre diretamente com a pessoa, mas com alguém que lhe é muito próximo.

As obras de Ainlay, Coleman & Becker (1986) e de Goffman (1975) são complementares para se compreender e analisar a relação de quem é estigmatizado com o processo de deteriorização de sua identidade (ser considerado como estragado e diminuído) partindo do princípio de que o estigma é uma construção social. Ainlay, Coleman & Becker (1986) apresentam novos efeitos deste processo sobre as pessoas estigmatizadas, além de enfatizar a ideia de propagação de estigma pelas gerações e da percepção mutável em relação ao estigma no decorrer do ciclo da vida. As relações de poder dos não estigmatizados sobre os estigmatizados e dos menos estigmatizados sobre os mais estigmatizados também levam destaque no trabalho destes autores, o que se remete a voltar no pensamento de Becker & Arnold (1986) e de Link & Phelan (2001) quando focalizam o poder como norteador de todo o processo de estigmatização.

Jones et al (1984), em *Stigma and the self-concept*, trabalham com a ideia de estigma em relação ao autoconceito. Para eles, autoconceito é um processo social, pois, as pessoas são essenciais para que o indivíduo adquira conhecimento de si e para avaliar e interpretar suas experiências de vida. Ou seja, o conhecimento de si depende da observação do próprio comportamento mediante a comparação com os dos outros e da visão de si através dos olhos alheios.

O autoconceito é variável no decorrer do ciclo vital. Ele é composto por representações de si no passado e de ideias de si no futuro, contribuindo para que a pessoa seja coerente e estável. Um indivíduo deve ser seletivo por não poder atender a todas as informações que lhe são disponíveis por serem extremamente vastas no meio social. As informações que o indivíduo escolhe como importantes para o desenvolvimento do autoconceito dependem de ordens pessoais, situacionais e de fatores históricos. Porém, a maioria das ações implica na construção de si de um indivíduo de alguma maneira.

Para Jones et al (1984), todas as formas de adquirir conhecimento são modificadas pelo estigma. O estigma (ou marca) modifica necessariamente o processo social de desenvolvimento da construção do autoconceito, pois, modifica as relações interpessoais que são vitais para o conhecimento de si e autoavaliação. Torna-se incerto e difícil para

um indivíduo estigmatizado a constituição ou manutenção de autoconceitos estáveis e coerentes. Deste modo, as pessoas com uma marca podem desenvolver autoconceito diferentemente das outras pessoas sem uma marca.

Goffman (1975) acredita que o processo de estigmatização se dá pela interação física entre as pessoas, porém, não focalizou seus estudos nos efeitos do estigma para o autoconceito. Pode-se perceber em sua obra e como já mencionado neste trabalho, que ele evidencia os efeitos do estigma sobre as pessoas estigmatizadas, mas não usando o termo autoconceito e dando ênfase a esse processo.

A principal diferença entre quem é estigmatizado e quem não é, em relação à construção do autoconceito, é a reação recebida das outras pessoas do meio social, uma vez que essas reações, observações e avaliações podem ser negativas. Portanto, o que caracteriza uma pessoa estigmatizada é a reação recebida de outras pessoas na sociedade, o que entra em acordo com a concepção de Goffman (1975), quando este propõe o termo identidade virtual dada às pessoas que não são recebidas numa dada categoria por possuir atributos distintos. Essa negação pode tornar a relação bem difícil entre quem é estigmatizado e as outras pessoas que não são.

A existência de uma marca, ou seja, de um estigma, é enfatizada durante uma interação e, por isso, o autoconceito e o conceito dado pelos outros podem tornar-se variantes. Como e se o estigma será incorporado no autoconceito depende da configuração de si e das reações com respeito aos outros. Quando e como o autoconceito pode refletir a produção negativa de um estigma depende da natureza do estigma e das reações dos outros no meio social. O nível que esta ênfase acontece depende da natureza da interação social, e essa natureza é dependente do objetivo da interação e da relação entre os participantes. Até um determinado nível de ênfase, esta pode ser psicologicamente confortável e permissível à construção de um autoconceito estável e coerente.

Jones et al (1984) afirmam que entre as avaliações dadas pelos outros e a avaliação de si nunca haverá uma correspondência total, tal afirmativa vem em concordância com Goffman (1975) no que se refere a identidade real e virtual. Existem diversas circunstâncias que propiciam a discrepância entre a visão de quem estigmatiza e de quem é estigmatizado, uma delas é a diferença sobre o conhecimento de uma dada marca geradora de estigma.

Em síntese, o processo de estigmatização para Jones et al (1986, p.123-124) se dá quando o

indivíduo que marca estigmatiza alguém, enquanto a pessoa marcada, simultaneamente, estigmatiza a si mesma. A estigmatização construída por si ou pelos outros pode não ocorrer no mesmo nível, mas em geral, tanto quem marca como quem é marcado estão inclusos no processo de estigma.

Nessa relação, podem ocorrer casos em que o estigmatizado, consciente do processo que lhe envolve, rejeite ou ignore a marca que lhe é dada, e assim, não a incorpora como um aspecto do seu autoconceito. Há casos em que as outras pessoas não estigmatizam o indivíduo, mas o indivíduo estigmatiza a si mesmo, incorporando, assim, este processo em seu autoconceito.

Uma das formas de se observar o efeito do estigma para aquele que é estigmatizado diante do seu autoconceito é através de sua autoestima. A autoestima insinua que o indivíduo se sinta bem em relação a si mesmo, enquanto a baixa autoestima implica o oposto, que o indivíduo tem sentimentos negativos quanto a si. Percebe-se, portanto, que a autoestima é variável, de acordo com a avaliação e sentimento de si. Esse aspecto, inicialmente, pode ser sensível quanto às avaliações negativas de outros em relação a uma marca, causando até mesmo, raiva e depressão nos indivíduos quando percebem que estão sendo estigmatizados. A estigmatização pode ser susceptível a elaboração de uma baixa autoestima, pois, a avaliação dos atributos que compreendem a si é mudada.

O autoconceito pode ser definido como todas as descrições e atributos que podem ser dados a um indivíduo: um conjunto de complexos traços físicos e atributos que caracterizam comportamentos, características demográficas e o papel na sociedade. Vale ressaltar que, o autoconceito é um processo social, pois, outras pessoas são essenciais para alguém adquirir conhecimento sobre si e para a evolução e interpretação de suas experiências de vida. Uma marca desacreditada ou estigma, necessariamente, modifica esse processo e as relações interpessoais que são tão vitais para o conhecimento de si próprio e para a autoavaliação. Para um indivíduo estigmatizado, a construção ou a manutenção de um firme e coerente autoconceito pode ser uma difícil realidade.

Destarte, tanto para Goffman (1975) quanto para Jones et al (1984), o processo de estigmatização é compreendido e realizado permeado pelas interações sociais. Jones et al (1984) tomam outra conotação para compreender este processo interativo e os efeitos dele para quem possui uma marca desacreditada e é estigmatizado. Tais autores ressaltam a influencia de ser estigmatizado para a construção do autoconceito de um indivíduo, e não a gênese do estigma, como analisado por Goffman (1975). Eles destacam o quão difícil pode tornar as relações interpessoais quando alguém possui uma marca e é

estigmatizado e a influência negativa dessas questões em sua autoestima e, primordialmente, na construção do conceito e conhecimento de si.

O trabalho destes autores, que não se resume somente neste capítulo em estudo, traz uma enorme contribuição para a compreensão da relação entre estigmatizados e estigma. Seu estudo considera os efeitos sempre negativos que o estigma exerce sobre os indivíduos, chegando a modificar não somente a comportamentos imediatos durante uma relação interpessoal e grupal, mas, o autoconhecimento, a autoavaliação e a autoestima de quem sofre o processo de estigmatização.

Em “Social stigma and self-esteem: the self protective properties of stigma”, de Crocker & Major (1989) é apresentada a problemática do efeito do estigma sobre a autoestima global no que diz respeito à identidade pessoal do indivíduo. O foco do artigo é trabalhar com os “indivíduos que, por pertencer a uma dada categoria social, são vulneráveis a serem rotulados como desviantes, são alvos de preconceito ou vítimas de discriminação, ou a terem resultados econômicos ou interpessoais negativos” (CROCKER & MAJOR, 1989, p.609).

Numa dimensão macro, Crocker & Major (1986) trabalham com a ideia de categoria social estigmatizada, cuja outras categorias tomam atitudes negativas, estereotipadas e credíveis sobre ela. É aquela que recebe, desproporcionalmente, pobres resultados interpessoais ou econômicos em relação aos membros da sociedade em geral. Para as autoras em estudo, o grupo é estigmatizado quando ele não se inclui no grupo dominante, na cultura ou sociedade, e é definido como tal por um grupo particular. Tal conceito de estigma proposto por Crocker & Major (1989) entra em acordo com a conceituação dada por Goffman (1975), porém, Goffman trabalha num âmbito individual, enquanto as autoras num âmbito grupal.

Para Crocker & Major (1989), o autoconceito desenvolve-se através da interação com os outros, sendo um reflexo de outras avaliações quanto a si, assim como Jones et al (1984) também propuseram. Assim, o autoconceito é o produto de como os outros avaliam a si mesmo e o adquirir dessas visões. As pessoas geram autoconceito negativo devido aos indivíduos, aos grupos e à cultura que elas interagem. Deste modo, pode-se dizer que, a construção de estigma é um processo social, pois, o autoconceito e a incorporação de conceitos negativos nele são constituídos através de interações sociais e tornam-se imagens de outras avaliações.

O processo de discriminação, estereotipização e conceitos negativos incorporados no autoconceito de um indivíduo e devido às ações de outras pessoas nesse sentido, pessoas consideradas estigmatizadas geram autoavaliações negativas. Para Crocker &

Major (1989, p.610), “indivíduos estigmatizados são vítimas passivas dos outros”. Esses ‘outros’ são aquelas pessoas que podem controlar e manipular o meio em que vivem e, assim, adquirem uma visão de si sendo competentes, sucedidos, capazes e com boa autoestima.

Crocker & Major (1989) trazem uma nova proposta nesta relação estigma/autoestima, elas afirmam que nem sempre as pessoas estigmatizadas têm autoestima menor que os outros, pois, este processo é dependente da variação da autoestima e das condições da estigmatização. Afirmam também que, a autoestima não é algo inato, mas ganhado através de ações competentes e é variável de acordo com o meio social, e deste modo, pode-se afirmar que os sentimentos de pessoas não estigmatizadas e estigmatizadas são ambivalentes.

Crocker & Major (1989) propõem que as pessoas estigmatizadas podem proteger sua autoestima e ter oportunidades especiais para proteção de si, as quais são proporcionadas pelos membros de um grupo estigmatizado. Para Crocker & Major (1989, p.616), “as pessoas estigmatizadas podem proteger sua autoestima, não de casos explícitos de preconceito ou discriminação, mas em alguns casos, de reverses diários, fracassos e rejeição”.

As autoras propõem três mecanismos pelos quais este processo de proteção pode ocorrer: 1) estigmatizados podem atribuir feedback ou resultados negativos para as atitudes de preconceito dadas ao seu grupo ou até mesmo atribuir respostas aos resultados negativos não decorrentes do preconceito; 2) através de comparações de estigmatizados com pessoas de dentro do seu grupo devido a aproximação por estarem num ambiente segregado, pela obtenção de autoavaliação ou até mesmo para evitar desagradáveis comparações sociais, considerando que as pessoas estigmatizadas podem preferir fazer comparações dentro do seu grupo do que fora dele para proteger seu autoconceito e autoestima; 3) os estigmatizados podem desvalorizar seus atributos que seu grupo lhe proporcionaria e valorizar seus atributos que sobressaem.

Algumas condições que propiciam a estigmatização acompanham o indivíduo desde o nascimento (por exemplo: raça, gênero), enquanto outras são adquiridas. Para Crocker & Major (1989), quando as condições de estigmatização se manifestam gradualmente podem ser mais suportáveis para aqueles que são estigmatizados do que as condições que ocorrem rapidamente, uma vez que, o processo gradual permite tempo para se adaptar ao estigma. E ainda, eles afirmam que as pessoas estigmatizadas podem ser mais bem tratadas quando não são responsáveis pelo seu estigma.

Crocker & Major (1989) trazem uma nova problemática para o conceito de estigma proposto por Goffman (1975). As autoras trabalham com a ideia de grupos (categorias) estigmatizados dentro de uma perspectiva macro da sociedade – onde categorias estigmatizam outras e tomam a ideia de autoconceito, bem similar a colocada por Jones et al (1984) para abranger a temática da autoestima global. Porém, Crocker & Major (1989) propõem que nem sempre quem é estigmatizado possui baixa autoestima, assim como afirmam Jones et al (1984). Num olhar de grupo categorizado, e daí a ideia de autoestima global, Crocker & Major (1989) acreditam que as pessoas estigmatizadas podem proteger sua autoestima desde que esteja no seu grupo de pessoas estigmatizadas, pois, é ele o responsável por ocorrer os mecanismos de proteção.

A proposta de conceituar estigma e a relação de estigma/estigmatizado de Crocker & Major (1989) torna-se um pouco diferente em relação aos outros autores estudados no decorrer de toda essa pesquisa. Essas autoras trazem a sugestão de como os estigmatizados podem proteger sua autoestima, de forma que proteja também seu autoconceito, enquanto os outros autores estudados trabalham com os efeitos do estigma para o estigmatizado e a relação deste com aquele.

Discussão

Neste trabalho, discutiu-se o conceito de estigma pautando-se no conceito fundador de Goffman e alguns dos pensadores que tomaram seus estudos para conceituar estigma, priorizando o objeto de estudo ‘conceito’ como prática de pesquisa dentro deste tema.

Observou-se que só o conceito de estigma proposto por Goffman não é suficiente para compreensão da estigmatização. Goffman é o pioneiro em apresentar o conceito de estigma dentro de uma perspectiva social, mas, vários pontos que envolvem essa temática não foram priorizados em seus estudos, no entanto foram em outros, como por exemplo, a ideia de aprendizagem social, desvio, etc.

Percebeu-se que cada autor em estudo toma um foco na conceituação de estigma e cada um tem sua relevância. O paralelo entre eles traz uma importante discussão para melhor compreender a estigmatização, considerando que sua prática é tão real e vívida em nosso meio social.

Conheceram-se algumas abordagens conceituais de estigma que consideram o contexto histórico, social e cultural como fatores determinantes na construção de estigma, mostrando o quão é importante incluir esses três fatores quando estudado o processo de estigmatização.

Compreendeu-se através dos conceitos de estigma que, este é um processo complexo. Percebeu-se que não há o lado positivo em ser estigmatizado, mas somente o negativo. O estigma traz efeitos ruins e prejudiciais aos estigmatizados, até mesmo alcançando o

âmbito do desenvolvimento do autoconceito e da baixa autoestima, havendo sempre tentativas de práticas de escape, amenização ou fuga da condição que lhes é imposta.

Conclusão

O primeiro subitem deste artigo expõe-se o conceito de estigma para Goffman; Ainlay, Coleman & Becker; Link & Phelan; Becker & Arnold; Stafford & Scott e Martin no intuito de discutir o conceito de estigma sob a visão de que estigma é estabelecido socialmente. Neste contexto, estabeleceu-se uma análise comparativa de cada autor com o conceito fundador de estigma elaborado por Goffman e entre os autores em si. Através desta metodologia, concluímos que o meio social é um fator determinante para a geração e perpetuação de estigma, assim como a história e a cultura considerando todas as categorias e pessoas que os compõem. E ainda, a variação da percepção e prática de estigma é variante de acordo com o histórico, o social e o cultural.

O segundo subitem consistiu em pensar o conceito de estigma enfatizando a relação estigma e estigmatizado através do pensamento de Goffman; Ainlay, Coleman & Becker; Jones et al e Crocker & Major. Concluímos que a estigmatização é sempre ruim para aqueles que são vítimas, uma vez que, afeta processos essenciais do indivíduo, como o desenvolvimento do autoconceito, as relações (interações) sociais, a autoestima, as formas de se comportar e viver diariamente. Destarte, o interesse deste trabalho foi trazer a discussão dos conceitos de estigma tendo em vista que a estigmatização é tão vívida na sociedade e nos processos de subjetivação.

Referências Bibliográficas

Ainlay, S. C.; Becker, G.; Colman, L. M. A. (1986). Stigma reconsidered. En Ainlay, S. C.; Becker, G.; Colman, L. M. A. (Ed), *The Dilemma of Difference* (1-13). New York: Plenum.

Becker, G. & Arnold, R. (1986). Stigma as a social and culture construct. En AINLAY, S. C.; Becker, G.; Colman, L. M. A. (Ed), *The Dilemma of Difference* (39-76). New York: Plenum.

Casaes, N. R. R. Estigma. (2007). Em *Suporte Social e vivência de estigma: um estudo entre pessoas com HIV/AIDS*. (Dissertação mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Crocker, J. & Major, B. (1989). Social stigma and self-esteem: the self-protective properties of stigma. *New York*, 96(4), 608-630. Recuperado de <http://psycnet.apa.org/journals/rev/96/4/608.pdf>.

Goffman, E. (1975). Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes (Trad.). Rio de Janeiro: LTC.

Jones, E.; Farina, A.; Hastorf, A.; Markus, H.; Miller, D.T.; Scott, R. A. (1984). Stigma and the self-concept. En Jones, E.; Farina, A.; Hastorf, A.; Markus, H.; Miller, D.T.; Scott, R. A. (Ed.), Social Stigma: the psychology of marked relationships (111-154). New York: Freeman and Company.

Link, B. G. & Phelan, J. C. (2001). Conceptualizing stigma. Annual Review of Sociology, New York, (27), 363-385. Recuperado de <http://arjournals.annualreviews.org/>.

Martin, L. G. Stigma: a social learning perspective. (1986). En Ainsley, S. C.; Becker, G.; Colman, L. M. A. (Ed), The Dilemma of Difference (145-161). New York: Plenum.

Melo, Z. M. (2000). Estigma: espaço para exclusão social. Revista Symposium, 4(especial), 18-22. Recuperado de www.unicamp.br/Arte/ler.php?art_cod=1486.

Nunes, E. D. (2009). Goffman: contribuições para a Sociologia da Saúde. Physis Revista Saúde Coletiva, (19), 173-187. Recuperado de www.scielo.br/scielo.php?script=sci...pid...73312009000100009.

Stafford, M. C. & Scott, R. R. (1986). Stigma deviance and social control: some conceptual issues. Ainsley, S. C.; Becker, G.; Colman, L. M. A. (Ed), En The Dilemma of Difference (77-91). New York: Plenum.

Datos del autor

Ranyella Cristina de Siqueira actualmente se encuentra realizando su carrera de Psicología, en la Universidad Estadual Paulista (Brasil), con intercambio en la Universidad de Santiago de Compostela (España).

Hélio Rebello Cardoso Jr. es profesor titular en la Universidad Estadual Paulista y Licenciado en História, por la Universidad Federal de Ouro Preto (Brasil). Es Magíster y Doctor en Filosofía (Epistemología de las Ciencias Humanas y Ontología), por la Universidad Estadual de Campinas (Brasil). Además, es Postdoctoral en Filosofía (semiótica), por la Pontificia Universidad Católica de São Paulo (Brasil) y Universidad Indiana (Estados Unidos). Tiene dos habilitaciones en História de la Filosofía, por la Universidad Estadual de Londrina (Brasil) y Universidad Estadual Paulista (Brasil).

Historia editorial

Recibido: 20/10/2011

Primera revisión: 15/11/2011

Aceptado: 05/12/2011
